CMP 1.2.6.39

Sobre o Fundo de Educação

Theophilo de Andrade

RIO — A idéia, lançada pelo deputado João Calmon, de uma grande campanha nacional no sentido de iniciar-se, no Brasil, em 1970, a "Década da Educação", está firmando raízes e frutificando nos diversos setores da opinião pública. A nação está, afinal, a aperceber-se da importancia do assunto.

Encontrou ela receptividade calorosa por parte do empresariado nacional e, por sugestão do sr. Rui Gomes de Almeida, foi incluída, prioritàriamente, no Memorial contendo as sugestões entregues ao governador Nelson Rockefeller, em sua recente viagem ao Brasil, na missão de escuta que lhe confiou o presidente Richard Nixon.

Note-se que não se trata de uma sugestão para uma colaboração de govêrno, mas de um Fundo a ser formado por entidades privadas americanas, preferencialmente, com interêsse no Brasil, da ordem de 100 milhões de dólares, a ser aplicado e dirigido pelos brasileiros.

A idéia acaba de emprestar todo o apoio o ministro João Lira Filho, reitor da Universidade do Estado da Guanabara, que, inclusive, sôbre o assunto, conversou com o governador Nelson Rockefeller, acentuando que, na forma proposta, os doadores ficarão limitados à função de doadores, sem interferência na orientação da educação nacional.

O que àqui quero fixar, entretanto, não é apenas a propriedade da sugestão, mas também a maneira calorosa por que foi recebida pelo governador Nelson Rockefeller. É que o ilustre homem público não é tão-sòmente um delegado do supremo magistrado do seu país, mas também membro de um clã cuja amizade pelo Brasil não é de hoje, mas muito antiga, dada a obra filantrópica realizada em nosso país, pela Fundação Rockefeller. Independente da missão que aqui o trouxe, está êle em condições de promovê-la, **de motu proprio**, como empresário que é, pois a organização de sua família deverá ser contada, necessàriamente, entre os doadores principais.

Afirma-se, hoje em dia, a convicção de que, entre os problemas da infra-estrutura, nenhum é mais importante do que o da educação. Há, de grande relêvo, o da saúde, crucial em um país tropical e, consequentemente, sujeito às epizootias tropicais. Neste setor, já foi de grande ajuda ao Brasil, a Fundação Rockefeller, no debelar a febre amarela, no Rio, em Santos e em numerosas cidades do Brasil, inclusive do Interior de São Paulo. Mas o problema da educação os supera a todos, por ser o multiplicador mais veloz da capacidade de trabalho e de criação do homem.

Seria ocioso lembrar o exemplo do Japão, tantas vêzes citado, e cujos dirigentes atribuem à preferência dada à educação, a entrada do Império do Sol Nascente para o rol das grandes potências, depois do início da era Meijii, na segunda metade do século passado, e também o seu milagroso ressurgimento depois da Segunda Guerra Mundial, que deixara o país vencido e pràticamente arrasado.

É hoje o Japão uma das potências industriais líderes da terra, a despeito do império perdido. O seu nível de crescimento é espantoso. E já formou capital suficiente para ser exportado, através de investimentos para o estrangeiro, inclusive para o Brasil, onde a sua ação tem sido notável, nos últimos anos, sobretudo nos terrenos da construção naval e da siderurgia.

O segrêdo disso tudo, em um país de solo pobre e superpovoado, está na educação primária obrigatória, na instrução secundária largamente difundida, e em suas universidades, que se contam entre as mais numerosas e eficientes do mundo inteiro. Dessas escolas têm saido os engenheiros, técnicos e administradores das emprêsas que elevaram o nível de progresso do país.

Outro tanto precisa fazer o Brasil, na "Década da Educação", preconizada pelo deputado João Calmon, o que deverá trazer resultados ainda mais espetaculares, de vez que temos, dentro das nossas próprias fronteiras, mais do que um império, de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com uma população de 85 milhões de almas, que cresce à taxa de 3% ao ano e que, hoje, faz do nosso país numericamente, o maior do mundo latino.

A instrução é, bàsicamente, um dever do Estado. Mas a educação é um dever da família e, como tal, dos particulares. Daí, o dever dêstes de agirem, paralelamente, no sentido da criação de escolas de nível médio e universitário, que, equiparadas às do Estado, ajudem, na formação da mocidade, de onde deverão sair os dirigentes de amanhã.

A criação do Fundo de Educação, proposta pelo empresariado brasileiro ao sr. Nelson Rockefeller, quando estêve no Rio de Janeiro, será, certamente, uma das etapas da "Déçada da Educação", preconizada pelo deputado João Calmon.

Diario de S.Paulo

FUNDADOR DOS DIARIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

Investimentos na pesca

Foram aprovados pela ONU investimentos de um milhão e duzentos mil dólares, em forma de cooperação técnica, para a indústria pesqueira de nosso país. Embora as cifras ainda sejam assim reduzidas, não há dúvida de que isso representa a maior consideração que se vem agora dispensando a essa atividade, a qual necessita de outra organização, muito mais ampla, para que se desenvolva a captura e melhor distribuição de peixe no mercado brasileiro.

Tem a própria ONU um depoimento da maior valia para a assistência que possa dispensar ao Brsil. Foi produzido pelo sr. Hiroshi Kasahara, chefe de missão daquele organismo internacional para projetos pesqueiros brasileiros. Disse a referida autoridade, em relatório citado pelo ministro Ivo Arzua: "Há dois anos, quando se iniciou o projeto, a situação do setor era de total estagnação, e o que aconteceu de lá para cá foi impressionante, com as indústrias expandindo-se em níveis muito acima do esperado".

E aí não houve referência a um setor de atividade que reputamos da maior significação para a organização da pesca brasileira: o do cooperativismo. Se temos, em nossas costas, uma população de pequenos pescadores que, unidos cooperativamente, poderiam ter outras condições para empreender e inclusive defender-se, êsse sistema de pesca deveria merecer, como o tem feito o Banco de Crédito Cooperativo, outra atenção da parte das autoridades do país e do Exterior. O pequeno, por si só, não teria condições de reorganizar o seu trabalho na pesca. Cooperativamente, contudo, poderia tornar-se elemento realmente positivo do desenvolvimento. Por isso, as cooperativas, em vez de serem desencorajadas pela inadequada legislação em vigor, deveriam merecer todo o estímulo dos poderes constituídos da República, de maneira que passassem a congregar os pequenos pescadores, necessitados da defesa oferecida por êsse sistema de organização social e econômica. Assim, teriam êstes os elementos financeiros com que ampliar a sua atividade e poderiam receber, em melhores condições, outras formas adequadas de assistência.

O que não é possivel é continuar a exploração, pura e simples, dos pequenos por distribuidores nem sempre muito escrupulosos. A evolução do consumo de peixe, como alimento da maior importância, portador de proteínas e outros elementos fundamentais, exige outro grau de assistência financeira, pois se torna indispensável o melhor aparelhamento na captura e na distribuição do pescado. E tudo isso exige financiamento em nível mais elevado. Um barco, ou ainda maior quantidade de barcos, significa exigência de numerário de grande vulto. Amparando-se as cooperativas, teriam os órgãos financiadores a certeza de que a aplicação seria, ainda, fiscalizada pela sociedade a que se filiasse o beneficiário. Com isso, resolveríamos, do mesmo modo, a situação social de uma parcela elevada do nosso povo, que se dedica à pesca, ainda de forma primária, em todo o vasto litoral brasileiro.

A PRIMEIRA LIÇÃO

O patrimônio do Instituto do Café

Francisco de Paula Vicente de Azevedo

No início do corrente mês de junho, foi publicado decreto do govêrno do Estado autorizando a venda dos bens imóveis pertencentes ao Instituto do Café do Estado de São Paulo — I.C.E.S.P., e na semana passada foi noticiada a venda, ao mesmo govêrno do Estado, dos prédios das ruas Maria Antonia e Dr. Vila Nova, há muitos anos locados à Universidade de São Paulo.

É um assunto da mais alta importancia, não só pelo seu indiscutível aspecto moral, como, também, pelo seu elevadíssimo valor pecuniário.

Desconheço pormenores; não sei qual a finalidade da venda, a destinação do seu produto, nem o processo estabelecido para a avaliação dos imóveis a serem vendidos ao próprio govêrno; mas, como este é vìceralmente honesto e inteiramente dedicado ao bem da coletividade, não podem pairar duvidas acêrca da sua atuação: não só serão resguardadas as conveniências do govêrno, como, e principalmente, defendidos os interesses da lavoura paulista, a quem, em ultima análise pertence o patrimônio do Instituto.

Não obstante, julgo oportunas algumas ponderações que me proponho a fazer com o espírito de colaboração que, de minha parte, não me parece fora de propósito. Com efeito, não só me coube, em 1958, quando no exercício do cargo de secretário da Fazenda, a iniciativa do restabelecimento do I.C.E.S.P., que fôra extinto em 1943 por decreto ditatorial, e, ainda, no mesmo ano, o levantamento completo do patrimônio do mesmo Instituto, então pràticamente desconhecido, como tendo sido honrado em 1962 com o título de "Patrono Honorário do Café", que me foi conferido pelo Congresso Brasileiro do Café, realizado em Araraquara, tenho o dever de acompanhar tudo que diga respeito aos interesses da cafeicultura.

O patrimônio do I.C.E.S.P. que por ocasião de sua extinção ficou a cargo da Superintendência dos Serviços do Café, e foi por esta administrado com perfeita eficiência, ascende a cifras imensas; o seu conhecimento nesta ocasião me parece conveniente e oportuno.

Os bens imóveis, salvo eventuais modificações havidas nestes ultimos tempos, são os seguintes:

Em São Paulo — O Palácio da Polícia, com 20 andares, sito à rua Brigadeiro Tobias; o Palácio da Saude, também com 20 andares, sito à avenida São Luís; os andares superiores, em numero de 10, do edifício da rua Florencio de Abreu n.º 848; o edifício da rua Maria Paula n.º 67, com 14 andares; os prédios das ruas Maria Antonia e Dr. Vila Nova (que foram vendidos há dias); o prédio da rua Wenceslau Brás n.º 61; os vastos armazens da rua Monsenhor Andrade n.º 746 e da rua Borges de Figueiredo n.ºs 944 a 1084, os da avenida Presidente Wilson n.ºs 1.871 a 2.109, os da rua Pires do Rio n.º 437, os de São Caetano e de Vila Leopoldina; os terrenos da Lapa e do Ipiranga.

No Rio de Janeiro — O "Edifício Carlos de Campos", sito à avenida Graça Aranha n.º 182, na zona mais valorizada da metrópole.

No Interior — 24 armazens reguladores, com área total superior a 150.000 metros quadrados situados em Presidente Altino (este com 42.500 metros quadrados, do qual voltaremos a falar), Mairinque, Agudos, Rubião Junior (2), George Octerer, Campinas, Perdeneiras (2), Casa Branca (2), Ribeirão Preto (2), Tutoia, Bebedouro, Trabiju e Araraquara (2).

Além dessa imensa mole de propriedades, possui o I.C.E.S.P. quase sete milhões e quinhentas mil ações do Banco do Estado de São Paulo, título este atualmente cotado por volta de cinco cruzeiros novos, com direito às vultosas bonificações que terão de ser distribuidas por ocasião da revalorização do ativo do estabelecimento; e, também, a totalidade do antigo capital da Companhia de Armazens Gerais do Estado de São Paulo — C.A.G.E.S.P., o que lhe dá direito ao valor integral dos vultosos imóveis que esta possuia quando em 1960 foi aumentado o capital da Companhia, conforme ficou, então, bem ressalvado, por iniciativa minha, nas respectivas atas das assembléias gerais.

Como se vê, é um patrimônio imenso, incomensurável, que pertence à lavoura do café, e que em benefício desta tem de ser aplicado.

Poderia encerrar aqui as minhas considerações, mas já que estou tratando do patrimônio do I.C.E.S.P., e que o govêrno tem agora voltadas suas vistas para este, desejo aproveitar o ocasião para aflorar aspectos que reputo de grande relevancia, e pedir para os mesmos a atenção do govêrno paulista.

Trata-se de duas reivindicações que se impõem: deve retornar ao I.C.E.S.P. o grande armazém de Presidente Altino, com 42.500 metros quadrados, que desde 1945 se encontra em poder do Exército sem qualquer compensação; e é preciso que volte para o patrimônio do Instituto, com seus frutos e rendimentos, o produto da venda feita pelo govêrno federal, em 1948, dos vinte milhões de sacas de café que àquele pertenciam, produto êsse que nunca lhe foi entregue.

Sôbre a primeira pouco há a dizer; basta um entendimento leal entre as partes, em seguimento ao que iniciei em 1958, e que ficou parado porque as autoridades militares de então impuseram como condição que o Instituto do Café fôsse restabelecido (extinto, como estava, não o consideravam com direito ao armazém...) Êsse restabelecimento era esperado ainda naquele ano.

No segundo caso, o direito do I.C.E.S.P. também é líquido; apenas mais difícil e demorado de apurar, pelos motivos que passarei a expor:

O empréstimo externo contraido pelo I.C.E.S.P. em 1927 tinha como garantia, além do aval do govêrno de São Paulo, vinte milhões de sacas de café que àquele pertenciam. Em 1943, quando da extinção do I.C.E.S.P., todo o esquema cafeeiro passou a ser executado pela União, através do Departamento Nacional do Café, o célebre D.N.C. Em 1948, quando após o término da Segunda Guerra Mundial havia verdadeira fome de café no mundo (os africanos produziam, então, apenas 200.000 sacas anuais em lugar dos 20 milhões de hoje, e os demais concorrentes se mantinham ainda em níveis modestos), em 1948, dizia o ministro da Fazenda, sr. Corrêa e Castro, resolveu vender o café que garantia o empréstimo do I.C.E.S.P., mas em lugar de aplicar o produto da venda ao resgate da dívida, como seria natural e honesto, entregou-o ao D.N.C., que nunca o devolveu ao seu dono, isto é, ao I.C.E.S.P.

E o que é mais estranhável: a cargo dêste continuou o serviço de juros e amortizações do empréstimo, que constituiu sempre para êle uma sangria violenta e um ônus quase insuportável. Lembro-me que em 1958, quando assumi a Pasta da Fazenda, tive de quase duplicar a taxa-ouro sôbre a exportação de café, para evitar que o serviço de empréstimo externo exaurisse o patrimônio do I.C.E.S.P. O dólar estava então a menos de cem mil réis; pode-se bem imaginar quanto foi crescendo o sacrifício do Instituto com a elevação constante do dólar até atingir os quatro contos de réis de hoje.

Procurei um entendimento para solucionar o assunto; mas, estava, então, em pleno andamento o acêrto de contas entre a União e o Estado de São Paulo, já de si cheio de tropeços e dificuldades, e cheguei à conclusão de que acrescentar mais um obstáculo, quase intransponível na ocasião, seria pôr tudo a perder; e resolvi agir por partes, e liquidar primeiro as contas do Estado com a União.

Graças a Deus, consegui, após anos de trabalho, chegar a um resultado completo e definitivo: em 1960 ficaram liquidadas essas contas, que se compunham de dezenas de operações, num e noutro sentido, datando algumas do tempo do Império; dentre tôdas destacarei duas que merecem especial menção, quer pela sua natureza, quer pelo seu avultado valor: uma de crédito do Estado, 8 dos navios alemães, e outra de débito a dos Bônus da Revolução Constitucionalista de 1932. Uma e outra, com os juros, ascendiam a centenas de milhões de cruzeiros.

O caso dos navios alemães era o seguinte: em 1914, ao irromper a Primeira Guerra Mundial, o Estado de São Paulo possuía, depositadas em Hamburgo 200.000 sacas de café, provenientes, ainda, das compras feitas em 1906, em consequência do Convênio de Taubaté (as do Havre já haviam sido vendidas). O govêrno alemão confiscou essas 200.000 sacas, depositando o seu valor em um banco que depois veio a falir. Em 1921, pelo Tratado de Versailles, o Brasil, que reivindicara a importancia correspondente ao café confiscado, obteve seu pagamento mediante cessão ao Lóide Brasileiro dos navios alemães que, refugiados em portos brasileiros, haviam sido por êle sequestrados, quando em 1917, entrara na guerra. Apenas, como o Lóide era federal, foi a União que recebeu o produto do pagamento de uma dívida cujo credor era o Estado de São Paulo. Êste deligenciou receber aquilo a que tinha direito, mas em vão; a questão se arrastou por anos a fio, e em 1943 foi dada por encerrada, quando o ministro Souza Costa, da Fazenda, disse a uma comissão de dirigentes de associações paulistas, da qual fazia parte o grande líder lavourista dr. Caio Simões, que não pensassem mais no assunto: "é sardinha que gato lambeu".

Pois bem, reabri a questão em 1958, e São Paulo acabou recebendo, com juros de 6% ao ano, a importância que lhe pertencia; como também pagou com os mesmos juros, a dívida que tinha para com o Banco do Brasil, proveniente do resgate, feito pelo govêrno federal, dos bônus que emitira durante a Revolução Constitucionalista, tendo com isso adquirido o direito de dizer, como eu então o proclamei em memorável solenidade, que fizera a constitucionalização do Brasil "com seu sangue e com seu dinheiro".

Do acêrto de contas com a União resultou para São Paulo um saldo de 407 milhões de cruzeiros; tive a feliz idéia de pleitear, e obtive graças à boa vontade e compreensão do então ministro da Fazenda, sr. Sebastião Paes de Almeida, eminente homem público a quem São Paulo muito deve, que essa quantia constituisse a primeira parcela de um esquema para a liquidação total da dívida externa de São Paulo, sendo o restante pago mensalmente, com juros, até 1963. Ficou, assim, São Paulo, livre, ao câmbio de cem cruzeiros por dólar, de uma dívida que de outra forma ainda estaria pagando a quatro contos de réis por dólar.

Mas, voltando à venda do café do ICESP, de cujo produto se apossara o DNC: havia mandado estudar a fundo o assunto, sob reserva; e verificara — êsse o obstáculo quase intransponível a que me referi — que após a extinção do DNC, fôra feita a incineração do seu arquivo (!!), e com esta haviam desaparecido os elementos para a apuração do seu débito para com o ICESP; mas, formara o projeto de mandar verificar, no Banco do Brasil, se seria possível, examinando as contas do DNC, conseguir apurar o montante das vendas do café feitas em 1948; cheguei à conclusão de que seria um longo e exaustivo trabalho, mas que, muito provavelmente, daria resultado satisfatório. Incumbi de tratar disso o sr. Hilário Freire, grande amigo e grande paulista, que fôra o meu braço direito no acêrto de contas com a União; infelizmente, pouco depois, o sr. Hilário adoeceu e, entrementes, eu deixei a Secretaria da Fazenda; depois êle faleceu e não se tratou mais do caso.

Não se tratou, devo ressalvar, nas esferas oficiais: porquanto eu continuei a me referir a êle, e à necessidade de procurar solucioná-lo, em todas as ocasiões que para isso tive, inclusive em solenidades a que estavam presentes as autoridades estaduais, como, ao que me recordo, em fevereiro de 1962, em Piracicaba, ao receber o título de "Patrono Honorário do Café"; em março de 1963, na posse da nova diretoria da Sociedade Rural Brasileira; em agôsto de 1966, ao ser empossado o primeiro presidente do ICESP, que só então acabava de ser restabelecido; e em março de 1967, ao ser empossado o seu segundo presidente, tragicamente desaparecido há pouco mais de um mês.

Eis porque não quis deixar passar a presente oportunidade em que está em foco o patrimônio do ICESP, para o qual estão voltadas as atenções das altas autoridades estaduais e da lavoura cafeeira, para apelar ao senhor governador Abreu Sodré, verdadeiro paulista que tanto vem honrando o seu cargo, e ao senhor secretário Arrobas Martins, inteligência brilhante que ven dando à Pasta da Fazenda um realce e uma eficiência que raramente ela tem alcançado, para que, a par do maior cuidado na justa apreciação dos valores imobiliários do ICESP, e na aplicação dos recursos que daí provenham, lancem as suas vistas para os dois problemas que abordei, especialmente para o último, que representa uma quantia avultadíssima, que pertence à cafeicultura paulista, e que, uma vez recuperada, muito concorrerá para aliviar as dificuldades com que luta essa tão sofrida classe.

A lavoura paulista merece cuidados especiais, pois é à custa de seus sacrifícios que já duram decênios, que tem sido possível fazer com que o café continue sendo, como é sem dúvida alguma, o sustentáculo do Brasil.

Que Deus os ilumine!

Por trás da noticia

Mauricio Caminha de Lacerda

OBRIGADO

NOTICIA: Analise desta coluna sobre a eventualidade da reabertura (perdão: do termino do recesso) do Congresso.

POR TRAS DA NOTICIA: Agradeço as numerosissimas demonstrações de aplauso que recebi pela apreciação, que aqui fiz, sobre os fundamentos juridicos alegados para a reabertura do Congresso em primeiro de agosto, e as objeções, tambem juridicas, a isso antepostas. Não se trata de uma torcida, de minha parte, no sentido de que o Congresso seja falecido, morra de morte morrida ou ressuscite como Lazaro. Trata-se, isto sim, de uma abordagem, a mais exata possivel, da realidade nacional, que só engana quem se quer deixar enganar por ela.

Nem a proposito, a despeito de ser assunto à margem, mas nem por isso menos constitucional se levarmos em conta a letra e o espirito da constituição ainda em vigor (ou, pelo menos, assim tida como vigente). Não é importuno cuidar da promessa do sr. Tarso Dutra, ao MDB, de que acolherá todo pedido de revisão das aposentadorias compulsorias de professores e cientistas. E' um gesto simpatico, e o ministro da Educação não o tomou por iniciativa pessoal. Porem — e eis pormenor importantissimo — não constitui compromisso formal do governo. A Revolução poderá acolher, sim, os recursos nesse particular, como já faz com os recursos de funcionarios dispensados por ociosidade. Entanto, a grande perspectiva é serem indeferidos os recursos, em face dos processos lá julgados pelo Conselho de Segurança Nacional.

Pode acontecer que, na negativa a um recurso, o Governo forneça, então, pela primeira vez, à opinião publica, as razões de tal degola administrativa, e seria indicado.

Longe de mim ferir principios estabelecidos nas relações entre o governo e os orgãos de comunicação. Mesmo assim, gostaria eu de repetir que, simplesmente por questões de tendencias ideologicas, talvez as aposentadorias de alguns tivessem, de fato, se provado um exagero.

Disse-me, outro dia, pessoa de grande respeitabilidade no governo, que a função de uma assessoria de relações publicas é um tanto diferente daquelas funções de uma autoridade a quem cumpre zelar pela segurança nacional, de acordo. Do mesmo modo, minha função como observador é comunicar o que penso até que me provem que meu pensamento está errado.

Lamento, mas no particular, até hoje não provaram.

Repercussões

MISSÃO ROCKEFELLER — No Exterior, a missão Rockefeller, no caso especifico do Brasil, suscitou comentarios contraditorios e, na grande maioria das vezes, inteiramente conflitantes. Enquanto jornais americanos consideraram a missão um sucesso no Brasil, outros julgaram melhor publicar protestos contra a censura que descobriram existir na imprensa brasileira. "Le Monde", o jornal francês em eterna oposição ao governo revolucionario brasileiro, chega ao devaneio, afirmando que o ministro Helio Beltrão "apresentou ao sr. Rockefeller uma crítica severa da politica de ajuda aos Estados Unidos". Houve, evidentemente, uma transposição de pessoas. Quem fez a crítica foi o proprio sr. Nelson Rockefeller. Se pecado coube ao ministro Beltrão, terá sido o de transmitir, quem sabe?, ao visitante, uma visão demasiadamente otimista do Brasil de nossos dias.

"Le Monde" preocupa-se, com a maior intensidade, com prisões verificadas no Brasil, antes da chegada do sr. Rockefeller.

Creio que aí está um trabalho à espreita da iniciativa imediata da Assessoria de Relações Publicas da Presidencia da Republica: suprir as falhas de nossas embaixadas no Exterior, que deixam tudo isso sem resposta. A AERP bem podia incluir na sua sistematica processo de acionamento imediato da opinião publica estrangeira, para demonstrar-lhe, entre outros itens:

1 — Que o Rio não é a cidade onde as cobras passeiam livremente nos onibus e nas praias, em busca das pernas das misses (quanto aos cachorros que, estes sim, substituem as cobras, já é outra historia...).

2 — Refazer a imagem da revolução brasileira imediatamente, para que não a tenham, lá fora, por um governo de invasores marcianos, apenas preocupados em punir boas pessoas e em nomear quadrilheiros ou indiferentes à realidade do século.

Coronel D'Aguiar, ponha mãos à obra e dê uma lição de assessoria à nossa diplomacia!

Esparsas

O Instituto dos Advogados Brasileiros convida para a sessão em sua sede, dia 26, em homenagem ao Instituto Historico e Geografico Brasileiro. Falará o historiador Marcos Carneiro de Mendonça, sobre "A influencia do Marquês de Pombal na legislação do Brasil da época".

As empresas nacionais de investimento e financiamento, empenhadas em uma propaganda monstro em seu favor, dariam, aposto, alguns milhões de dolares para que o sr. Nelson Rockefeller concordasse em aparecer nessa publicidade dizendo o que disse a este reporter a proposito da cooperação daquelas empresas no sentido do desenvolvimento nacional. — O general Mourão Filho, permanece disposto (confirma-se assim o que noticiei em primeira mão) a resistir, por todos os meios ao seu alcance, ao projeto de alargamento da avenida Atlantica. Mas posso assegurar que a avenida vai ser alargada mesmo. O governador da GB ficou inflexivel.

O diálogo

MOVIMENTAÇÃO DA ARENA E DO MDB — Das declarações, proposições, exposições, reclamações, reivindicações, pessimismos, otimismos etc., originarios das lideranças politicas, julguei oportuno salientar o seguinte:

Primeiro — Estão todos na maior abstração, propondo-se a colaborar com a revolução, desde que a revolução concorde em restabelecer passadas franquias. Não concordará, nem pode.

Segundo — Não vejo como a revolução assumiria, como pretendem os partidos, compromissos formais de que não executará disciplinações muito fortes a respeito das atividades politico-partidarias. A ideia de que, na Constituição nova, clausulas restritivas "não seriam para cumprir", é infantil. Faz-me lembrar a declaração de um figurão da Republica que, em meio ao governo do sr. Castelo Branco, assegurou que, uma vez eleito novo presidente da Republica, a Lei de Segurança não seria revogada, mas tambem não seria aplicada. Lindo!

Terceiro — Nenhum compromisso porventura assumido por lideranças ligadas ao governo e à revolução terá validade se não receber, previamente, o aceite do Conselho de Segurança Nacional. Duvido, por exemplo, que alguem se arrisque a prometer respeitar ou permitir candidaturas de pessoas reconhecidamente anti-revolucionarias e extremadamente esquerdistas. E esse não é, por certo, argumento isolado.

Diario de S. Paulo
(Órgão dos "Diários Associados")
Fundado a 5 de janeiro de 1929

EDMUNDO MONTEIRO
Diretor-Presidente

NAPOLEÃO DE CARVALHO
Diretor-Vice-Presidente

ARMANDO OLIVEIRA
Diretor-Gerente

Redação, Administração
Publicidade e Oficinas
RUA SETE DE ABRIL, 230
Telefone: PABX 239-5811

SUCURSAIS

RIO DE JANEIRO: R. do Carmo 6, sobreloja — Fone 31-2228 — PORTO ALEGRE: Rua Uruguai, 355 — 9.o andar — Fone 5-2450 — BELO HORIZONTE: Rua Carijós, 136 — 4.o andar — Conj. 507 — Fone 2-8440 — RECIFE: Praça da Independência, 12 — Fone 7728 — BRASILIA: Quadra 104 — Bloco B n.o 15 — CL Sul — Fones: 2-6799 — 2-9952 — 2-3532

ASSINATURAS
CAPITAL E INTERIOR

Anual	NCr$ 55,00
D.R.	NCr$ 14,00
Total	NCr$ 69,00
Semestral	NCr$ 28,00
D.R.	NCr$ 7,00
Total	NCr$ 35,00
Trimestral	NCr$ 14,00
D.R.	NCr$ 4,00
Total	NCr$ 18,00

NUMERO AVULSO
CAPITAL E INTERIOR

Dias uteis	NCr$ 0,30
Domingos	NCr$ 0,40
Numero atrasado	NCr$ 0,70

"Campus" para a universidade do Distrito Federal

BRASILIA, 24 (Sucursal) — O ministro Costa Cavalcanti, do Interior, autorizou a destinação de uma área centrada em Aragarças, Goiás, para constituir "campus" avançado da Universidade de Brasilia. A utilização da área está relacionada com atividades propostas no Projeto Rondon.

O "campus" de Aragarças permitirá aos professores e alunos da UNB a elaboração de trabalhos de pesquisas economicas, sociais, antropologicas, levantamentos topograficos, analise de solos, assistencia à população local na elaboração de projetos e assistencia medica.

OS TERMOS DA CONSULTA

E' a seguinte a integra da consulta feita ao ministro do Interior e que recebeu despacho favoravel:

"Senhor ministro:

A Universidade de Brasilia, por sua posição geografica e pelo que representa de inovador no sistema educacional brasileiro, assumiu importantes compromissos em seu plano orientador. A ocupação do Centro-Oeste e da Amazonia e sua integração nos programas de desenvolvimento nacional requerem a formação de profissionais competentes, voltados para os problemas regionais e capacitados para resolvê-los. A preparação desses profissionais é um dos objetivos da Universidade de Brasilia.

Para maior incremento e projeção social das atividades universitarias, solicito a vossa excelencia o exame pelo Ministerio do Interior da designação de uma area rural, centrada em Aragarças, para esta Universidade, para os fins de que trata o projeto Rondon.

A criação de um campus ou centro operacional no Centro-Oeste possibilitará à UNB aprimorar o ensino e o treinamento dos seus alunos e professores para as atividades ligadas ao desenvolvimento do País. A UNB dispõe, no momento, de competentes profissionais e cuida de organizar grupos interdisciplinares para o trabalho a ser desenvolvido e composto de antropologos, sociologos, geografos, geologos, economistas, administradores, educadores, engenheiros e medicos. Com as facilidades oriundas de aproximação geografica e de continuidade dos aspectos ecologicos, espera a UNB que a operação da referida area rural possa dar resultados promissores, em curto prazo.

Consciо, sr. ministro, da responsabilidade que, de livre vontade pretendemos assumir, tenho a convicção de que a administração, os professores e os alunos desta universidade, ao fazerem a presente solicitação, estão motivados por elevado espirito de cooperação e patriotismo que, somados à experiencia que possuem, qualificam-nos para o exito do empreendimento.

Reitero-lhe, sr. ministro, as expressões de alto apreço e os votos pela continuidade do excelente trabalho que vem sendo executado por este ministerio, sob a esclarecida direção de v. exa.

Atenciosas saudações".

GRUPO DE TRABALHO

Tão pronto conhecida a decisão do ministro Costa Cavalcanti sobre a consulta da Reitoria da Universidade, o reitor Caio Benjamin Dias constituiu o Grupo de Trabalho que manterá entendimentos com o Ministerio do Interior para detalhar o projeto.

Oscar Passos preocupado com reorganização do MDB

BRASILIA, 24 (Sucursal) — O senador Oscar Passos declarou, hoje, que não há alternativas diferentes para a oposição: ou o Governo Federal, através do presidente da Republica ou de seu ministro da Justiça, faz uma manifestação publica de que todos aqueles que quiserem filiar-se ao MDB poderão fazê-lo sem qualquer receio ou o MDB não poderá reorganizar-se e, portanto, desaparecerá. Além disso, quer ainda o presidente da oposição que o governo consiga levar os governadores de Estado a fazerem o mesmo, divulgando esse comportamento em todo o Interior.

O senador Oscar Passos fez essa declaração depois de passar em revista varios telegramas e oficios chegados de companheiros seus dos mais diferentes pontos do pais, alem de ouvir senadores e deputados recem-chegados a Brasilia.

Poucos são aqueles que aceitam assinar o livro de ingresso no MDB, concordam com a filosofia do partido e mostram-se mesmo dispostos a ajudar no que puderem, mas não querem tornar essa simpatia oficial com uma assinatura que ficará nos arquivos.

Lembra o chefe oposicionista que o antigo PTB possuia um diretorio em Brasilia, muito bem estruturado. Agora foi procurar os antigos dirigentes daquela agremiação e convidá-los a participar do diretorio que o MDB está organizando na Capital Federal. Quase todos recusaram o convite, alegando as mesmas razões.

Mas ainda aguardo a manifestação do ministro da Justiça que, em entrevista concedida à imprensa em S. Paulo disse que usaria os meios de divulgação para assegurar plenas garantias ao exercicio politico-partidario".

Entre todos os documentos recebidos o que mais sensibilizou o senador Oscar Passos foi o telegrama de seu colega Lino de Matos, presidente da seção paulista do MDB, redigido nestes termos: Trabalhos reestruturação MDB região S. Paulo. alcançaram maxima intensidade com distribuição de tarefas entre parlamentares e lideres municipais que percorrem interior e bairros da Capital, numa ação conjugada para tentarmos superar as imensas dificuldades resultantes das reações desfavoraveis dos eleitores oposicionistas que não compreendem lhes sejam reclamados compromissos partidarios através das assinaturas nos livros de filiação quando o governo federal deveria, primeiro, normalizar a vida democratica do pais para depois, num tempo razoavel, reestruturar os partidos politicos conforme já dissemos ao exmo. sr. ministro da Justiça".

Do Rio o senador Felinto Muller, presidente da ARENA, telefonou ao secretario geral Arnaldo Prieto dizendo que somente virá a Brasilia no dia 1.o de julho, para, no dia 2, seguir para Goiania onde pretende, com sua presença, contribuir para melhorar o animo dos nossos companheiros daquele Estado".

MDB FAZ CONSULTAS

A direção nacional do MDB encaminhou hoje novas consultas ao Tribunal Superior Eleitoral sobre a mecanica de funcionamento dos partidos. As consultas foram postas nos seguintes termos:

"1 — Para o efeito de organização dos diretorios regionais, nos territorios, o numero minimo de diretorios municipais exigido pela lei poderia ser considerado, provisoriamente, em função das convenções cujas atas tivessem sido efetivamente verificadas pelo juiz eleitoral competente? Ou seria necessaria a delegação de competencia para que os juizes eleitorais deferissem o registro provisorio, "ad referendum" do tribunal?

2 — O representante do partido no Congresso Nacional que integre, como membro, o diretorio nacional da organização politica pode ser indicado delegado de Estado, do Distrito Federal ou de Territorio à convenção nacional? Em caso afirmativo, lhe é facultado exercer o voto por três vezes, na proporção da sua tripla qualidade?"

Explica o senador Oscar Passos que uma passagem do Acre ou de Manaus a Brasilia custa, em média, ida e volta, um milhão de cruzeiros antigos, o que significa um enorme entrave ao deslocamento dos delegados dos partidos às suas convenções nacionais. Portanto, desde que o deputado federal e o senador possam exercer cumulativamente esse papel, isto seria o ideal.

Outro pronunciamento recebido pelo chefe da oposição foi o da seção amazonense do partido, através do senador Edmundo Levy.

"Confiamos na sinceridade de propositos do chefe do governo. Há entre os nossos companheiros perfeita consciencia da grande responsabilidade que pesa sobre todos, como tambem das tremendas dificuldades que teremos de enfrentar. O povo sabe que o MDB tem a alta e ardua missão de vigiar a ação do governo, apontando erros, denunciando abusos, opondo-se a excessos porventura ocorrentes. Infelizmente essa missão, a mais legitima numa democracia, é quase sempre interpretada por alguns elementos dominantes, não como indispensavel à sanidade da vida publica e da ação governamental, mas como procedimento nocivo, deleterio e por isso incompativel com o entendimento que tem de respeito à autoridade. O homem comum teme esse tratamento, sobretudo nas regiões interioranas onde os governos dominam praticamente todos os setores".

Conclui o senador Edmundo Levy dizendo que "estamos lutando, colaborando para que o Brasil seja reposto na moldura de um estado de direito que permita que todos vivam, trabalhem e prosperem em segurança. Essa nossa parcela de esforço, de todos os responsaveis pelo MDB, está sendo dada na reorganização do partido no Amazonas. Se o êxito almejado não for alcançado, restar-nos-á o consolo do dever cumprido".

Presos os indios que massacraram os seringalistas

RIO, 24 (Meridional) — O chefe da ajudancia da Funai, em Rondonia, sr. Cicero Cavalcanti, enviou, hoje, relatorio ao presidente daquela entidade, sr. Queiroz Campos, comunicando-lhe que o grupo de indios Urugunis, da tribo dos Pacan-Novos, que foram responsaveis pelo massacre de uma familia de seringalistas, no ano passado, já estão recolhidos, desde o dia 23 de maio, no posto indigena Major Amarantes após um trabalho de pacificação que durou 5 meses.

Estes indios dissidentes dos demais grupos da tribo dos Pacan-Novos, que foram totalmente pacificados após 20 anos de trabalhos iniciados na gestão do antigo Serviço de Proteção ao Indio, estavam atacando, há alguns anos, os habitantes dos suburbios da cidade de Guajará Mirim.

Pedro Aleixo entregou a Costa nova Constituição

BRASILIA, 24 (Sucursal) — O vice-presidente Pedro Aleixo entregou hoje ao presidente Costa e Silva uma série de sugestões sôbre a Reforma da Constituição, que lhe haviam sido anteriormente encomendadas.

Segundo nota da Secretaria de Imprensa, o sr. Pedro Aleixo "trouxe não apenas as suas sugestões, mas varias outras recebidas de juristas e homens publicos, sôbre as quais opinou, por escrito".

Essas sugestões serão examinadas pelo presidente Costa e Silva, nos próximos dias, após o exame pelo presidente da Republica, o sr. Pedro Aleixo será novamente convocado para redigir um anteprojeto contendo todas as alterações.

NOTA

A proposito do encontro do vice-presidente com o marechal Costa e Silva, a Secretaria de Imprensa divulgou a seguinte nota:

"O presidente Costa e Silva recebeu hoje, em audiencia, das 17 às 17,50 horas, o vice-presidente Pedro Aleixo.

O sr. Pedro Aleixo veio ao Palacio do Planalto entregar ao chefe do governo uma série de sugestões sôbre a reforma da Constituição, que lhe haviam sido anteriormente encomendadas. Trouxe não apenas as suas sugestões, mas varias outras recebidas de juristas e homens publicos, sôbre as quais opinou, por escrito.

O sr. Pedro Aleixo apresentou ao presidente varias hipoteses sôbre cada um dos principais aspectos das emendas constitucionais estudadas. O marechal Costa e Silva recebeu o trabalho e deverá examiná-lo nos próximos dias, quando, então, tomará decisões a respeito da matéria.

Em seguida o vice-presidente Pedro Aleixo será novamente convocado e, em face das diretrizes adotadas pelo presidente Costa e Silva, redigirá um anteprojeto de todas as alterações, devendo, também na oportunidade, recolher opiniões de juristas consagrados.

Após deixar o gabinete do Presidente sr. Pedro Aleixo conferenciou com o ministro Rondon Pacheco".

Delfim: Divida externa se minimiza diante do aumento das exportações

RIO, 24 (Meridional) — Durante a palestra que pronunciou na Escola Superior de Guerra, hoje, pela manhã, o ministro da Fazenda, Delfim Netto, afirmou que, em decorrência da politica de cambio aplicada de acordo com as necessidades nacionais, as exportações brasileiras ultrapassarão a soma de dois biliões de dolares, até o final do ano, verificando-se, ainda, de 1964 até os dias atuais, o "aumento de 60 para 180 milhões de dolares nas exportações de produtos manufaturados".

O titular da Pasta da Fazenda fez uma comparação entre o produto bruto nacional, as importações, exportações nacionais e os investimentos capturados de fora, como "o emprego de uma taxa cambial realistica que controla essas importações e estimula as exportações. A politica atual do Governo está sendo construída com os instrumentos adequados para desenvolver o comércio exterior", frisou.

ESTIMULO

Ao abordar a ação do Ministério da Fazenda, o momento atual e as perspectivas do processo de desenvolvimento nacional, o sr. Delfim Neto deu ênfase às medidas governamentais no sentido de incentivar o comércio externo do país, dentre elas, a isenção de todos os impostos (ICM, IPI e até o Impôsto de Renda) para as exportações dos produtos nacionais, além de outros benefícios.

"Para mostrar um exemplo prático dessa politica — explicou — basta frisar que um produto como o sapato, cujas taxas de ICM chegavam aos 17 por cento e de IPI aos 24 por cento, hoje pode ser exportado sem o recolhimento dessas taxas aos cofres públicos, passando, assim, a valer, para o industrial, apenas o custo dos fatores incorporados ao sapato."

DIVIDA EXTERNA

Segundo o ministro, a dívida externa do Brasil, no montante de 3 biliões de dólares, "se minimiza diante da mobilização nacional para incremento das exportações, que se elevam a 500 milhões de dólares anuais", a exemplo do que já afirmara anteriormente, durante a palestra que proferiu na Escola de Comando de Estado-Maior da Aeronáutica.

A certa altura da conferencia, o sr. Delfim Netto afirmou que "o esforço para pagar as dividas vencidas não pagas no Exterior, foi iniciado no governo Castelo Branco, para a salvaguarda da dignidade nacional".

"A dignidade nacional depende da mobilização de recursos nacionais, para que se possa fazer o desenvolvimento nacional", frisou, acrescentando: isto conseguiremos através dos objetivos fundamentais do governo para atingir o desenvolvimento, que são a redução da taxa de inflação (em 1964, era de 90 por cento. Em 1968, foi de apenas 14 por cento) e a ampliação da taxa de crescimento do produto bruto nacional, que atingirá, no final do ano, os 7 por cento.

EFETIVA

Após afirmar que a ESG "é uma escola modelo que tem a sua propria forma de ver o mundo", disse considerar liquidada a especulação cambial no Brasil, inclusive, do dolar, "um dos instrumentos mais privilegiados dessa especulação".

"Caminhamos firmes no proposito de realizar o desenvolvimento com o nosso proprio custo social. E, após atingirmos esse desenvolvimento, a taxa cambial poderá ser estavel, porque até lá somos ricos", concluiu.

Hidrofobia: paciente já está boa

RIO, 24 (Sucursal) — O medico Miguel Pedro, diretor do Asilo São Francisco de Paula, onde se encontra internada há dez dias Candida Barbosa, vitima de hidrofobia, afirmou que a paciente "já está boa" e que, dentro de mais algums dias, iniciará o tratamento fisioterapico para recuperar a mobilidade.

Disse ainda o diretor daquela instituição que "psiquicamente Candida está bem, embora demonstre alguma preocupação com suas filhas, que se encontram em casa de um parente". O medico disse também que não sabe quanto tempo irá demorar o tratamento, mas que uma das assistentes sociais do asilo entrará em contato com a familia para ver se existe algum problema que preocupe Candida.

Foguete de tres estágios vai ser lançado amanhã

RIO, 24 (Sucursal) — No próximo dia 26 de junho será lançado da barreira do inferno, o segundo foguete AEROBEE — engenho de três estágios e 45 metros de altura — com finalidade de estudar a região de transição ionosfera-protonosfera, da atmosfera superior para pesquisas de dados sobre a grande e pequena nuvem de Magalhães, que não são nuvens reais, mas conjuntos de estrelas semelhantes à Via Lactea, cujo conhecimento poderá ser de grande importancia para os futuros programas espaciais.

O foguete "Javelin 8-53" será lançado durante a passagem do satélite "OGO VI" (Polar Orbiting Geophysical Observatory VI) sôbre a região da Barreira do Inferno. As informações serão colhidas conjuntamente pelos dois foguetes e correlacionadas com as medidas feitas pela Estação de Ianosenda, do Ministério da Marinha, localizada em Natal.

INSTRUMENTAÇÃO

A instrumentação do foguete inclui dois espectômetros magnéticos de massa, para identificar a natureza dos ions positivos; duas armadilhas de ions, para medir concentração e temperatura dos mesmos; duas provas de Langnuir, para medida da quantidade de hélio neutro, utilizando um detetor ultravioleta.

A carga útil contém também sensores, de maneira que seja determinada a posição e a altitude dessa carga útil, além da instrumentação normal para transmissão de dados científicos para a estação da Terra.

SURPRESA

Há cêrca de sete anos foi feito um lançamento do foguete, levando detetores de Raios-X acima da atmosfera terrestre, que constatou que alguns objetos do céu emitiam Raios X. A partir de então, intensificaram-se os estudos no sentido de localizar êsses objetos e definir a sua natureza.

A maior parte do estudo das emissões de Raios-X realizadas através de lançamento de foguetes tem sido feita no hemisfério norte.

A necessidade de observar-se o fenômeno no hemisfério sul levou os Estados Unidos a interessarem-se pela instalação de uma base, para a qual estudos revelaram ser Natal o melhor ponto. O campo de lançamentos em Natal é operado pelo "GETEPE" e são cientistas brasileiros e norte-americanos pertencentes à Universidade da Califórnia que estão levando à frente os estudos. O próximo foguete a ser lançado, bem como o anterior, cujo lançamento se deu sábado último pela madrugada, visam a obter dados, através de observação no hemisfério sul, para pesquisas de fontes não descobertas no hemisfério norte. A natureza das emissões serão também estudadas, de maneira a proporcionar um maior conhecimento acêrca de sua origem.

ESCLARECIMENTO

Por Edital de Notificação, expedido pela Delegacia da Receita Federal em São Paulo, publicado à página 5 do jornal "Diário Popular", de 20 do corrente mês, tomei conhecimento, surpreso, da inclusão de meu nome como devedor de impôsto de renda relativo ao exercício de 1964. Tendo pago todo o impôsto de renda não só daquele exercício como dos demais, nas épocas próprias, dirigi-me à repartição competente para as informações necessárias. Foi constatado, então, que a repartição havia simplesmente perdido a sua via referente à quitação da 5.a parcela e por esse motivo notificava-me como devedor do impôsto. Imediatamente foi-lhe exibido o recibo de quitação passado na data do vencimento daquela parcela, ficando provado o êrro da notificação publicada. A fim de desfazer as eventuais repercussões daquela indevida notificação edital firmo o presente esclarecimento.

ANTONIO ERMIRIO DE MORAES

Não se deixe esmagar por êsse monstrinho.

O Banco Novo Mundo apresenta Dino Sauro, o monstrinho que tem mania de gigantismo. Dino Sauro considera-se maior, melhor e mais importante que o próprio cliente. Por causa disso, Dino esnobava todos até que o Banco Novo Mundo acabou com êle.

O Banco Novo Mundo é um grande Banco mas não pode admitir a presença do Dino. Nós tratamos o cliente como só se existisse êle. E aproveitou para acabar com todos os outros monstrinhos que atrapalham os serviços bancários. Que só existem para prejudicar você. Outros monstrinhos que foram expulsos pelo Banco Novo Mundo: A. Comodado — o burocrata. Frank Estain — culpado pela feiúra bancária. Vagareza — adora pagar cheques com uma hora de atraso e adiar decisões por meses e meses. Konfuziuz — especialista em confusão bancária. G. Ladeira — trata os clientes com a maior indiferença. Matusalém — vive sempre no passado, cheio de idéias velhas e hábitos retrógrados.

O Banco Novo Mundo sabe que você só pode ser atendido como merece sem a presença dêsses monstrinhos. E você também sabe. Mas enquanto todos não fizerem o que o Novo Mundo fêz, continue tomando muito cuidado. Ou os monstrinhos podem devorar você!

BANCO NOVO MUNDO

O Banco que acabou com os monstrinhos.